



CÂMARA MUNICIPAL VEREADOR JOSÉ COELHO RIBEIRO
SUCUPIRA DO RIACHÃO –MA
RUA GRANDE S/N -CENTRO
CPJ Nº 03.018.837/0001-56

Parecer Jurídico nº 20/2021

Referência: Processo Administrativo nº 100.17/2021/CPE

Solicitante: Carmélia Maria Oliveira Lima

Ementa: “Contratação de empresa para aquisição de microfones de mesa com base para o Legislativo Municipal ”

I – RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de Parecer Jurídico quanto a contratação de empresa para aquisição de microfones de mesa com base para o Legislativo Municipal, nos termos do artigo 24, II da Lei nº 8.666/93.

Consta despacho do setor competente, o qual informa a previsão de despesa na programação orçamentária, exercício 2021, na forma seguinte: ÓRGÃO: 01 Poder Legislativo UNIDADE GESTORA: 0101 Câmara Municipal PROJETO/ATIVIDADE: 01 031 0001 1.001 – Aquisição de móveis e equipamentos. CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 4.4.90.52.00 – Equipamento e material permanente – Pessoa Jurídica.

É o sucinto relatório.

Passo a análise jurídica.

II – BREVES CONSIDERAÇÕES

Trata-se de processo com dispensa de licitação para compra de microfones de mesa com base para uso na Câmara Municipal de Vereadores de Sucupira do Riachão/MA.

É oportuno frisar que a Câmara Municipal de Sucupira do Riachão/MA necessita dos equipamentos para otimizar o desempenho regular de suas atividades, mormente no que diz respeito às deliberações nas sessões legislativas.

III – PRELIMINAR DE OPINIÃO

Antes de adentrarmos ao mérito do presente Parecer é de ser verificado que a condução da análise técnico jurídica é vinculada à atividade prevista legalmente da função da advocacia, em especial conforme disposto na Lei Federal n. 8.906/94, que estabelece o Estatuto da Advocacia e da OAB.

Desta feita, para confecção do presente instrumento, é de ser observada a isenção do profissional e o seu caráter opinativo (Art. 2o, § 3o da Lei referida), corroborado este entendimento pela discricionariedade do responsável, gestor, já que este poderá ou não seguir a opinião técnica segundo sua conveniência e finalidade.

O objeto do presente Parecer encerra o exame dos atos procedimentais realizados na apuração da presente licitação.

Assim, excluindo-se os elementos técnicos e econômicos que embasaram o procedimento, é realizada a presente análise sobre os elementos e/ou requisitos eminentemente jurídicos do presente procedimento.

IV – ANÁLISE JURÍDICA

Primeiramente, cumpre ressaltar que a Licitação Prévia é um procedimento obrigatório a ser adotado pela Administração Pública quando pretende contratar bens e serviços, nos termos do artigo 37, XXI da Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Regulamento)

Dentre essas exceções está a licitação dispensável, que é toda aquela que a Administração dispensar, se assim lhe convier. Nela, há a possibilidade de competição, mas a Lei faculta a dispensa, cuja conveniência está inserida na discricionariedade da Administração Pública.

Tais hipóteses, por serem exceção à regra, devem ter interpretação restritiva, sendo seu rol taxativo, não podendo, pois, ser ampliado.

Dentre essas previsões legais tem-se:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez: (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

Logo, a licitação é dispensável nas compras até o valor de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), conforme o artigo 23, II, alínea "a", alterado pelo Decreto nº 9.412/2018.

No caso em análise, o valor objeto da contratação totaliza a quantia de R\$ 4,550,00 (quatro mil quinhentos e cinquenta reais), condizente pois, com a modalidade escolhida.

Outrossim, segundo consta da documentação anexa, esta Casa possui dotação orçamentária para tal aquisição. Logo, conclui-se que o objeto da presente Dispensa enquadra-se na exceção legal, sendo possível a compra direta caso assim entenda conveniente o gestor.

Da análise da minuta do edital e minuta do contrato, verificam-se atendidos todos os requisitos legais, quais sejam definição clara e precisa do objeto do certame, exigências de habilitação, critérios de aceitação das propostas, sanções por inadimplemento e as cláusulas contratuais, inclusive as que contém os prazos para a prestação de serviços e, sob a ótica jurídica-formal, a conformidade com as exigências legais preconizadas para o instrumento em espécie, nos termos da Lei nº 8.666/93.

No mais, o procedimento em tela será autorizado pelo titular do órgão, sendo devidamente justificada a dispensa de licitação pela seção encarregada de sua realização e ratificada pela autoridade competente, nos termos da Lei (artigo 26 e 38, da Lei nº 8.666/93).

V – CONCLUSÃO

Ex positis, observados os comentários acima, corroborados o procedimento pelo parecer técnico acostados aos autos, assim como, invocando os princípios básicos norteadores dos atos administrativos, quais sejam: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a igualdade, a publicidade, a probidade administrativa e o julgamento objetivo, **não vislumbramos óbice legal ao presente procedimento de Dispensa de Licitação, viabilizando a AUTORIZAÇÃO da realização da DESPESA e respectivo EMPENHO (art. 38, inciso VII, c/c art. 43, inciso VI, da Lei nº 8.666/93) e ASSINATURA do respectivo CONTRATO (art. 64, Lei nº 8.666/93), bem como ao final, sua respectiva PUBLICAÇÃO, observando-se o prazo legal de 05 (cinco) dias para tal (art. 26, Lei 8.666/93), com a referida empresa.**

Sugere-se a Vossa Excelência que proceda à remessa desse parecer à Comissão de Licitação, para continuidade do processo licitatório, caso seja vosso entendimento.

É o parecer.

Sucupira do Riachão/MA, 17 de dezembro de 2021.

Nyelma Coelho Leite de Carvalho Noletto
Dra. Nyelma Coelho Leite de Carvalho Noletto

Procuradora Jurídica - OAB/PI nº 11.387 OAB/MA nº 17.571-A